

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Globo

Class.: 334

Data: 3 de setembro de 1987

Pg.: _____

Dirigente confirma repasse e objetivo de articular aldeias

SALVADOR — O Secretário-Executivo da Coordenação Ecumênica de Serviço (Cese) na Bahia, Enilson Rocha Souza, confirmou ontem, em Salvador, o envio de CZ\$ 126.336 no dia 23 de julho passado ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) da Região Norte. O dinheiro, segundo ele, tinha o objetivo de agilizar um miniprojeto de emergência para "articulação entre as aldeias e conscientização dos índios quanto aos males do Projeto Calha Norte".

Enilson afirmou que os recursos foram encaminhados diretamente ao Cimi e não a pessoas físicas: "A Cese — entidade ligada a sete Igrejas — só repassa recursos a entidades legalmente constituídas", esclareceu. A verba, assegurou, servirá para comprar mantimentos para os índios e para que o pessoal do Cimi possa se locomover na região.

Enilson acha óbvio que a Cese não queira recibos ou comprovantes desses repasses. "Os comprovantes devem ficar no Cimi, pertencem à sua contabilidade e devem estar à nossa disposição para qualquer consulta. Sempre agimos assim e achamos correto. Temos controle de tudo e nossa documentação é aberta a qualquer pesquisa, nada temos escondido", disse.

Sobre o significado de suas palavras com respeito

à "conscientização dos índios quanto aos males do projeto Calha Norte", ele argumentou:

— Não apoiaremos nunca instituições e empresas nacionais ou internacionais que tenham interesses econômicos em terras que pertencem aos índios. Mas os índios estão lá, sofrendo, e temos de apoiá-los, torná-los conscientes das consequências de um projeto como esse. Essa é também a mensagem do Evangelho de Cristo — concluiu.

● O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, foi contratado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) para defender o Conselho Indigenista Missionário das acusações que apontam a entidade como a organizadora de um movimento para retirar do Estado o domínio sobre áreas ocupadas por nações indígenas. Márcio Bastos será auxiliado neste trabalho pelo advogado Sérgio Bermudez, do Rio de Janeiro. Para definir as diretrizes, os dois advogados têm um encontro, hoje, com o Presidente da CNBB, Dom Luciano Mendes. O Presidente da OAB considerou que o trabalho de defesa do Cimi é complexo e disse que ainda não sabe por onde começar.